

A LUTA PELA MORADIA EM UMA CIDADE PLANEJADA, PALMAS-TO.

Eduardo José Silva Lima

Professor da Universidade Estadual do Tocantins;

Estudante de Doutorado do Programa de Pós Graduação em História da UFG.

Eduardo.js@unitins.br

Em Agosto de 2014 conheci a cidade de Palmas, como muitos migrantes que aqui residem fui trazido pela expectativa de melhoria de vida através da estabilidade de um concurso público. Recordo-me do estranhamento que tive ao me deparar com esse modelo de urbe, nunca havia estado em uma cidade planejada antes. Tudo chamava atenção, os vazios urbanos na maior avenida da cidade, a ausência de pessoas circulando nas ruas, pouca verticalização e a imponente Praça dos Girassóis¹. Em 2016, passei a morar na capital tocantinense e vivenciar a cidade com suas vantagens e seus problemas. Como morador pude perceber que a constituição do município a tornou excludente, algo que particularmente chamou minha atenção². Um olhar crítico para nosso tempo faz parte do cotidiano do historiador, somos treinados para questionar o *status quo*, mas sempre estamos presos ao nosso tempo como afirma René Rémond (2003):

O historiador é sempre de um tempo, aquele em que o acaso o fez nascer e do qual ele abraça, às vezes sem o saber, as curiosidades, as inclinações, os pressupostos, em suma “ideologia dominante”, e mesmo quando se opõe, ele ainda se determina por referência aos postulados de sua época.³

Portanto, é importante situar-se no tempo. Tomando como ponto de partida essa curiosidade científico-histórica iniciamos uma pesquisa que pretende analisar como a constituição da cidade de Palmas estimulou uma vulnerabilidade habitacional e movimentos de resistência. Com apenas 30 anos de idade a capital do Tocantins foi totalmente planejada e constitui-se em um exemplo prático do urbanismo moderno. Todavia, vários fatores contribuíram para que esse planejamento fosse alterado, seja de forma voluntária ou involuntária. Como parte da cidade, as ocupações urbanas se tornaram o exemplo mais visível de processos como: grilagem de terras, especulação imobiliária, violência estatal, desigualdades estruturais e insuficiência de políticas habitacionais para população.

O Estado do Tocantins foi criado junto com a Constituição de 1988. Essa emancipação do norte do estado de Goiás foi resultado de um forte movimento

¹ Símbolo da capital tocantinense, discutiremos melhor a importância simbólica da praça nas linhas que seguem.

² De acordo com o historiador Ciro Flamarion Cardoso, o critério de interesse pessoal é um dos pontos relevantes na construção de um projeto de pesquisa, pois “[...] o pesquisador tem melhor rendimento ao trabalhar acerca de assuntos que lhe interessam”. CARDOSO, Ciro F. S. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. (texto avulso)

³ RÉMOND, René. Uma história presente. In: ____ (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p.15.

separatista sob o argumento de que a região era preterida pela região sul⁴. Após a criação do Estado surgiu à discussão de qual cidade seria apropriada para ser alçada à capital do recém-criado Tocantins. Havia algumas candidatas como: Gurupi, Miracema, Araguatins e Araguaína, contudo a decisão foi por construir uma nova cidade. No dia 20 de Maio de 1989, acontece uma cerimônia de lançamento da pedra fundamental em Palmas. Esta nasce para ser a vitrine do Tocantins, com o status do planejamento sob sua égide, o seu plano urbanístico pretendia trazer conforto e facilidades para sua população, um símbolo de modernidade. A ideia era transformar Palmas no Eldorado brasileiro em meio a toda instabilidade política e social do momento pós-ditadura, as sucessivas crises econômicas nos anos 1990 acabaram por favorecer a migração para cidade. O discurso desenvolvimentista do primeiro governo de Siqueira Campos era atrativo e fundamentado na experiência do ex-presidente Juscelino Kubitschek. Até o *slogan* de seu governo era semelhante “20 anos em 2”, a ideia de construir uma cidade foi atraente para vários migrantes, como também, investidores.

Uma questão importante é de como foi dividida a cidade e de quem era a responsabilidade de vender ou doar os lotes. Em Boletim Informativo o estado explica como seria esse processo:

A venda de lotes da capital definitiva do Estado será efetuada por um pool de empresas, que ainda não foram escolhidas. A informação é do deputado Federal e Presidente da Comissão de implantação da Nova Capital (Novatins), Eduardo Siqueira Campos (PDC), que justificou esta ideia afirmando que o governo não pretende transformar órgãos como a Novatins, Codetins e Sevop em empresas imobiliárias. “A área é muito grande também, para ficar nas mãos somente do governo ou de uma empresa”, acrescentou⁵.

Fica clara a opção por uma gestão privada da expansão urbana da cidade. Os interesses privados falaram mais alto e, com isso, a população mais pobre foi impedida economicamente de habitar o plano diretor da cidade. As áreas centrais foram reservadas para suprir a necessidade de moradia de uma classe alta, que até hoje não conseguiu ocupar todo território. Já a população de baixa renda não foi dada a opção de preencher os vazios urbanos, que persistem até os dias atuais. Esses tiveram que lidar com duas alternativas: viver em bairros distantes do centro com uma infraestrutura menos elaborada e bem aquém do ideal urbanístico ou ocupar os vazios urbanos em movimentos de ocupações.

Apesar de estar incluso nos direitos constitucionais alinhados ao direito à educação, saúde, trabalho, segurança, previdência social, dentre outros, a concessão à moradia não é efetivamente respeitada. Esse direito não se resume apenas a ter um teto, mas uma habitação digna com equipamentos estatais básicos que forneçam serviços de água e esgoto, educação, saúde, transporte e uma acessibilidade que permita uma vida digna. Tais características de moradia podem parecer simples para algumas pessoas, mas para uma parcela significativa de habitantes de Palmas é uma realidade cruel não contar com essas prerrogativas constitucionais.

Sendo a capital mais nova da República Federativa do Brasil e contando com sua construção planejada poderíamos imaginar que Palmas não teria problemas

⁴ Sobre a criação do Tocantins ver (GIRALDIN 2004); (PARENTE 2007); (CAVALCANTE,2003)

⁵ Boletim Informativo SECOM-TO 02/06/1989 localizado na Caixa 43 do Arquivo da Fundação de Cultura de Palmas.

concernentes a moradia, todavia não é nossa realidade. Com isso, surgem os movimentos de luta por habitação que organizam ocupações urbanas em áreas não utilizadas, seja propriedade privada ou terrenos públicos. Apesar da diversidade dos movimentos sociais de prélio pela moradia o que todos têm em comum é a contenda contra marginalização e a garantia de acesso a direitos constitucionalmente definidos.

Um marco na história de lutas fundiárias no Tocantins foi *O Fórum Estadual de Lutas por Terra, Trabalho e Cidadania do Tocantins* nascido no ano de 1995. Elaborado por movimentos e organizações ligadas a partidos ideologicamente de esquerda e pelas Comunidades Eclesiais de Base- CEB's, muito influenciadas pela Teologia da Libertação de Frei Betto. A criação do fórum teve como objetivo fortalecer a luta através da união de vários grupos para torna as cobranças ao Estado mais efetivas.

Partimos do pressuposto que os problemas referentes ao déficit habitacional em Palmas devem-se não a uma condição natural ou ocasional, mas sim o resultado da ausência de políticas públicas habitacionais efetivas. Pretendemos responder a seguinte questão: a cidade de Palmas conta com vários vazios urbanos em seu território, inclusive em áreas centrais, sendo assim, se espaço não é um problema porque existem pessoas que não tem onde morar? Portanto, escolhas estatais e privadas referentes ao planejamento da cidade geraram marginalização de determinados grupos sociais dificultando o acesso, não só a moradia, mas também a outros direitos fundamentais.

O Brasil, em geral, possuiu historicamente problemas com habitação, a negação do direito à cidade, foi a tônica da expansão de muitas cidades brasileiras, em Palmas temos um processo semelhante, mas com características peculiares. Muitas cidades reformularam seus centros urbanos expulsando a população pobre para regiões periféricas, Palmas já nasceu dessa forma. Sendo a população de baixa renda, como os operários que vieram para trabalhar na construção da cidade, impedida de ocupar as áreas centrais do plano diretor. Assim ocuparam regiões periféricas como Taquaralto, Aurenys e Taquari⁶. Como meio para responder essa e outras questões relativas à história dessas ocupações urbanas, utilizaremos como fontes principais os periódicos locais e processos jurídicos envolvendo os movimentos de luta pela moradia e suas ações. Entendemos que as fontes judiciais podem demonstrar características relevantes referentes às informações sociais, jurídicas e históricas presentes neste tipo de documentação. Já os periódicos relatam acontecimentos cotidianos construídos e desconstruídos, formando uma realidade especificamente intrínseca ao contexto histórico.

A história das ocupações urbanas e dos movimentos de luta pela moradia é uma lacuna a ser preenchida e, para tanto, é necessário um caminho metodológico que possibilite uma fundamentação teórica possível ao objeto, por isso o historiador Edward Palmer Thompson constitui um dos alicerces deste trabalho. Seus estudos sobre a cultura como um campo de conflito e a formação identitária de grupos sociais são adequados para auxiliar o entendimento das questões pertinentes a este projeto. Outro autor importante para discussão será o historiador italiano Carlo Ginzburg, sua vasta contribuição à metodologia histórica se faz importante para construção desta pesquisa, principalmente quanto ao conceito de “circularidade cultural”. Por fim, para a discussão de memória será utilizada a obra de Paul Ricoeur “*A memória, a história, o esquecimento*”, onde há uma crítica a uma construção linear de memorização vista como

⁶ Regiões que ficam cerca de 25 km do centro do plano diretor.

matriz da história seja nos testemunhos ou nos escritos conservados em arquivos. Assim, o esquecimento era visto como a maior ameaça à operação historiográfica, como o limite da exigência do conhecimento histórico que necessita de uma narrativa para unir os acontecimentos do passado.

Apesar de não existir um arquivo público do estado do Tocantins e, conseqüentemente, uma política pública de preservação de sua história, existe uma vasta documentação espalhada em setores públicos. Já foi possível identificar locais de pesquisa como a Fundação de Cultura de Palmas, Secretária de Comunicação do Estado e a Secretária de Cultura do Estado. Tive acesso esses órgãos e estou em processo de pesquisa e digitalização das fontes. Quanto aos periódicos são eles: *Jornal do Tocantins*, *O Jornal*, *Correio Tocantinense*, *O Pioneiro*, *Folha do Tocantins*, *O Estadão do Tocantins*, *Tribuna Popular*, *Quinze de Março*, *Gazeta do Tocantins*, *Variedades*, *Jornal do Dia*, *Primeira Página*, *Diário do Tocantins*, *Folha Popular*. De fato são muitos jornais, contudo, muitos tiveram poucas edições, às vezes até edição única, atualmente apenas o *Jornal do Tocantins* tem tiragem semanal. Contaremos com depoimentos de sujeitos que viveram o processo de construção de Palmas, inicialmente a ideia é formar uma rede partindo de pessoas ligadas a movimentos sociais de luta pela moradia e habitantes de ocupações urbanas.

Para fazer uma pesquisa histórica é necessária uma delimitação temporal. Nosso marco inicial data do ano de 1989, quando o processo de construção de Palmas sai do papel e ganha os canteiros de obras. Após 13 anos consideramos que a cidade tem um marco definidor, é finalizada a Praça dos Girassóis, que é não apenas o marco zero da cidade, como também é o centro do poder. Lá encontramos todas as secretarias do estado do Tocantins e as representações dos poderes executivo, judiciário e legislativo. Após definir nosso objeto no tempo, 1989-2002, no espaço, a cidade de Palmas, e o universo de análise, a construção da cidade, faz-se necessária uma delimitação temática. Os movimentos sociais de luta pela moradia e sujeitos históricos ligados a ocupações e suas práticas culturais é o tema dessa pesquisa, que nasce de uma preocupação do presente por entender que há uma segregação social. Explicar que tal segregação atual não é algo “natural”, tampouco obra do acaso, mas sim uma sucessão de caminhos trilhados por pessoas que ocuparam espaços de poder é um objetivo importante.

Uma primeira pergunta que pode se apresentar ao leitor é: “Qual o motivo de se estudar ocupações urbanas e movimentos de luta pela moradia na cidade de Palmas?”. Em primeiro lugar, acredito ser esse um momento relevante para responder essa pergunta, pois Palmas completou 30 anos em 2019 e até agora não há pesquisas históricas sobre o referido objeto. Nos últimos anos foram estabelecidas as bases para construção de uma crítica relativa ao planejamento da cidade, hoje é perceptível que a população que participou de sua construção não usufrui dos privilégios que uma cidade planejada pode oferecer.

Fruto de uma política urbana capitalista a cidade de Palmas responde uma lógica do sistema: a segregação social. Desde o início da construção da cidade podemos perceber por parte do aparelho estatal uma divisão desigual dos equipamentos públicos que perduram até hoje. Quanto mais próximo ao centro da cidade mais acesso, quanto mais longe menos facilidades de acesso. Tais condições reverberam em vários outros problemas sociais atuais nossa ideia é utilizar métodos históricos para entender o presente. A história não é uma ciência do passado, mas sim uma ciência que pretende trazer explicações do presente utilizando como meio o estudo do passado. Que

condições históricas podem explicar que a Palmas de 2019 é uma cidade segregada, com muitas ocupações urbanas e cada dia aumentando seu déficit habitacional? É uma das questões que pretendemos responder.

A realidade atual da cidade de Palmas é de milhares de pessoas sem as necessidades básicas atreladas ao Direito à moradia⁷. Dos anos 1990 até o início do século XXI, 2002, são várias as comunidades oriundas de ocupações urbanas, algumas mais antigas, se tornaram bairros dentro do plano diretor como a Vila União, Quadra 508 Norte e a Quadra 1306 sul. Já mais afastadas do centro temos as comunidades Irmã Dulce, Santa Bárbara e Pinheirinho Vive, também conhecida como Capadócia. Um dos nossos objetivos é pluralizar as vozes de sujeitos históricos referente às memórias da cidade, não pensamos em vitimizar tais sujeitos devido a seu baixo poder econômico, mas sim entender suas experiências enquanto sujeitos construtores de suas trajetórias.

A partir desse silenciamento de memória, da dificuldade de garantia ao direito à moradia e da luta dos movimentos sociais que são consequências de uma segregação sociocultural nasce à proposta desse projeto de pesquisa. A importância de um projeto como esse se dá por duas maneiras: a primeira seria buscar explicações que nos faça entender como chegamos ao contexto atual para que só assim possamos montar estratégias no sentido de modifica-lo para dirimir os problemas. A segunda questão é que trata-se de uma pesquisa inédita no âmbito da História do Tocantins, podemos assim contribuir para diminuir as lacunas sobre a memória historiográfica do mais recente estado da nação.

Após incipiente pesquisa realizada para este projeto visualizamos nos documentos da Fundação de Cultura de Palmas que havia uma forte propaganda estatal com relação à construção da cidade. A capital tocantinense pretendia ser uma cidade moderna que não “repetiria” os problemas que existem nas grandes cidades brasileiras. Palmas era a terra de oportunidades, que abraçaria os migrantes que apostassem nesse projeto grandioso, valorizando assim a figura do migrante pioneiro.

A cidade não é apenas uma reunião de edifícios cortados por grandes avenidas, à cidade compete outras atribuições das quais questões meramente técnicas não são capazes de abarcar “É preciso entender esse espaço como lugar do vivido e como lugar do fazer histórico” como afirma o historiador Jiani Langaro⁸ ao estabelecer uma conexão entre o conceito de espaço dentro da perspectiva histórica. A necessidade de perceber as pessoas como o único sentido das cidades é primordial, pois prédios não constituem cidades, pessoas vivem a cidade. Conhecida por ser a última capital planejada do século XX, Palmas teve algumas ideias norteadoras em sua concepção, o formato em malha ortogonal com entroncamentos em formato de rótulas e, cortada de Norte a Sul pela Avenida Teotônio Segurado e de Leste a Oeste pela Avenida Juscelino Kubitschek. Foi utilizado o conceito de superquadras inspirado na Capital Federal, com ruas priorizando o tráfego de automóveis, já as áreas residenciais e lazer foram definidas junto a zonas de preservação ambiental e a orla do lago formado pelo Rio Tocantins.

⁷ As informações referentes ao déficit habitacional foram retiradas do Mapa Diagnóstico Socioterritorial de Palmas que está disponibilizado em: <http://www.palmas.to.gov.br/secretaria/desenvolvimento-urbano/noticia/1507382/mapa-diagnostico-socioterritorial-de-palmas-e-disponibilizado-para-consultas/>.

⁸ (LAGANGARO, 2009)

O início da expansão urbana foi motivado por interesses imobiliários de empresas privadas e pela tentativa de empurrar as populações pobres para outras áreas de menor valor distantes do centro. As áreas centrais eram reservadas para suprir as necessidades de moradia de uma classe mais abastada, que nunca chegou a ocupá-la por completo. Ocorreu uma desnecessária expansão do perímetro urbano, mas por qual motivo houve uma expansão urbana se até hoje a cidade conta com enormes vazios urbanos em sua área central?

Durante o processo de urbanização, o Estado do Tocantins foi o maior detentor de terras da cidade, esses terrenos eram vendidos e o dinheiro reinvestido em infraestrutura para cidade. Muitas empresas investiram na compra desses terrenos, mas não os revendia esperando um retorno maior de seus investimentos, por conseguinte, também não investiam em infraestrutura. Essa situação foi criando um círculo vicioso e uma enorme especulação imobiliária, o que acabou obrigando as pessoas de baixa renda a residir em locais periféricos, sendo negado o direito à cidade que estavam a construir e que tinha se tornado seu lar.

Durante os anos 1990, a Prefeitura impediu migrantes de acessarem as áreas centrais da cidade desde sua chegada. Os ônibus só poderiam ir até a rodoviária construída no extremo sul do plano diretor, não por acaso, mais próximo à periferia do que do centro da cidade. Precisamente nessa área surgiram expansões não planejadas de Palmas, originadas da necessidade de moradia dos trabalhadores, que ficaram excluídos geograficamente da cidade. Essa desigualdade social promoveu ainda uma diminuição no poder aquisitivo dessa população, fazendo com que fosse muito caro habitar em local mais centralizado. A cidade tornou um povoamento extenso em território, porém com uma densidade muito baixa, encarecendo o custo de vida e a própria urbanização. O método adotado pelo governo: horizontal, linear, disperso e de baixa densidade, foi e ainda é um dos maiores problemas da Administração Pública.

Contudo, nasceram movimentos contestando esse *status quo*: os movimentos de luta pela moradia. Esses nascem de uma emergência quanto à questão urbana que acompanha as mudanças na cidade, quando há um rápido crescimento em função de uma migração e a busca da capital pela população interiorana. Os questionamentos passam a não se limitar a necessidade de uma casa, mas passa também pelo uso do solo e uma regularização fundiária, grandes demandas dos movimentos de luta pela moradia em Palmas. O Movimento de Luta pela Moradia de Palmas foi fundado em 1995, suas lideranças eram ligadas a pastorais sociais da Igreja Católica, as organizações estudantis e aos partidos de esquerda. No ano de 1994, é travada uma luta muito grande pela ocupação do centro norte da cidade, o município não contava com nenhuma política pública de moradia popular, mas apenas com grandes projetos imobiliários. O Movimento de Luta pela Moradia organizou muitas estratégias de organização, de ocupação que resultaram em diversas conquistas. Como, por exemplo, conquistas de terrenos para construção de casas, fruto de lutas de ocupação e desocupação, amplas negociações, reuniões e debates com a população, onde discutiam a conjuntura do município e elaboraram estratégias de resistência.

A partir das informações acima é possível perceber que a segregação social em Palmas não é natural, tampouco obra do acaso. Desde sua planta inicial a cidade nasce para ser desigual, para favorecer carros e não pedestres, para favorecer o transporte privado e não público e para atender interesses imobiliários em detrimento da população que a construiu. O desafio está em questionar o que é considerado evidente por um

número expressivo de pessoas em dada época, em dado lugar. Desafio este um tanto maior quando se refere a sujeitos simples, às pessoas comuns, que construíram e vivenciaram a construção da cidade, pois se sabe que eram, no geral, analfabetos, iletrados, viviam sob intensa vigilância das autoridades governamentais e dos segmentos sociais dominantes. Restringindo sua capacidade de se expressarem, de verbalizarem e de registrarem seu fazer, pensar e sentir. Mas que, no entanto, não a inviabilizaram.

O foco desse texto será a apresentação de inferências provisórias a serem verificadas ao longo da pesquisa. São, na verdade, as repostas iniciais dos problemas que alicerçam o projeto. Esse projeto está direcionado a estudar como uma cidade nascida e planejada após a Constituição Federal de 1988, que garante em sua estrutura o direito à moradia, comporta em seu território vazios urbanos no centro da cidade e ocupações urbanas nas periferias.

A perspectiva teórica deste trabalho é da História Social da Cultura, assim, pretende-se abordar os relatos das experiências dos sujeitos e perceber suas trajetórias de vida, elementos sobre o sentido da cidade, a experiência de construir toda uma cidade e o cotidiano dessas pessoas. O passado e o presente manifestos pelo ato de lembrar através de registros orais aliados a fontes documentais e periódicos. O ponto de partida é a história vista de baixo⁹ onde a vida das pessoas menos favorecidas economicamente é local estratégico na constituição da cidade de Palmas atrelada a construção de espaços paralelos que são as ocupações. Oportunizar a história vista de baixo, questionar uma cultura hegemônica e discutir os movimentos das práticas culturais dentro de uma sociedade fazem parte do aporte teórico deste projeto.

Para isso, é preciso contar com a contribuição de intelectuais que impulsionaram pesquisas relativas à história social da cultura. São eles o historiador inglês Edward Palmer Thompson, o historiador italiano Carlo Ginzburg e o intelectual francês Paul Ricoeur. Os moradores de ocupações urbanas e os movimentos de luta pela moradia são grupos sociais que detêm vozes do passado e que representam suas experiências enquanto sujeitos. Através do termo “experiência”, o sujeito conquista sua visibilidade e é reinserido na história. A “estrutura é transmutada em processo”¹⁰, diz Thompson, entre os sujeitos formam-se práticas, estratégias de sobrevivência por isso consideramos relevante uma pesquisa que discorra sobre a trajetória de vida das pessoas que lutam pelo direito a moradia numa cidade que nem deveria sofrer com déficit habitacional.

Ao escolher cultura e cotidiano dos sujeitos que lutam pela moradia como temática de estudo, temos em mente os desafios de lidar com os discursos multifacetados, grupos sociais diferentes, identificações culturais distintas e visões políticas, por vezes divergentes. Todavia, tais dificuldades não inviabilizam a pesquisa, já que compartilhamos da ideia de cultura como um campo conflituoso, como afirma Thompson:

Uma cultura é também um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa- por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante- assume a forma de um “sistema”. E na

⁹ (THOMPSON, 2001. pag.185)

¹⁰(THOMPSON, 2004.)

verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto.¹¹

Uma das hipóteses desta pesquisa é de que, além da segregação territorial exercida contra os grupos menos favorecidos economicamente, houve também uma segregação cultural, justamente, por não compartilharem culturalmente com a visão modernizadora do estado. “A classe é definida pelos homens enquanto vivem sua própria história, e, ao final, essa é sua única definição¹²”, afirma Thompson, logo, só os próprios sujeitos podem definir suas atuações, não sendo papel do historiador o de juiz, ou de classificador. Os textos do historiador inglês se fazem imprescindíveis para um projeto de pesquisa que tem como objetivo pluralizar vozes sobre a história recente de Palmas, que como veremos a seguir, não tem valorizado as pessoas que a construíram, ao contrário, esses são colocados na periferia da cidade vivendo em condições inferiores ao planejamento do plano diretor. Porém houve e há resistência, desde os anos de 1994¹³ acontecem ocupações no plano diretor contrariando o planejamento elitista de cidade.

O processo de construção de uma cidade é contínuo, pois tal fenômeno se dá pela mobilização das pessoas. As construções não têm significado a não ser o que damos a elas, portanto, somos nós que idealizamos no concreto uma função, uma identidade, uma representação. Assim, nos parece importante reconhecer que o espaço na condição original constitui-se em um campo de relações, posto que se trata da existência de coisas ou seres que estão em lugar e podem ser comparáveis. Por isso, a realidade do espaço é pertinente às relações entre objetos e ações.

Pensava-se em um crescimento citadino de dentro para fora, humanização das moradias, a familiarização dos moradores das quadras, como uma espécie de minicidades. Contudo, a realidade se mostrou diferente do planejamento. A especulação imobiliária e a sede de lucro atropelou o projeto inicial. Ao invés de se construir uma cidade de dentro para fora, instalou-se “focos” de ocupação, inclusive com o patrocínio governamental. Assim, Taquaralto, Jardins Aurenys, Taquari, etc foram surgindo na periferia do plano diretor¹⁴ e se tornaram lugares diferentes de uma mesma comunidade. Separaram fisicamente pessoas de acordo com seu poder aquisitivo, sem nenhuma política habitacional voltada para os migrantes que vieram trabalhar na construção da cidade.

À medida que a cidade crescia e recebia novos habitantes outros espaços foram sendo ocupados. Por volta de 1993, a região Norte da cidade, posteriormente denominada como Vila União, que tinha como objetivo inicial ser o setor de mais alto padrão da cidade foi alvo de uma ocupação popular. Ao invés de grandes mansões e clubes aquáticos, destinou-se a fins menos segregacionistas, contudo sem um planejamento adequado até os dias atuais. O embate entre classes advém de uma tomada de consciência dos abusos cometidos pelo capital, não sendo guiado por doutrinação,

¹¹ (THOMPSON, 1998)

¹² (THOMPSON, 2004.)

¹³ Desde o início da ocupação mais ostensiva da cidade em, 1989, houve movimentos que lutavam por melhores condições de moradia, contudo o governo Siqueira Campos utilizava toda máquina pública para impedir. Com o governo de Miguel Avelino negociações foram possíveis, mesmo havendo repressões.

¹⁴ Jardins Aurenys 1,2 e 3, irmão Dulce, Santa Bárbara, Taquaralto, Taquari dentre outros são bairros criados fora do plano diretor oriundos de ocupações da população, algumas legalizadas e incentivadas pelo poder público e outras não.

mas sim por uma oposição a uma ordem social injusta pré-estabelecida. Quando trabalhadores decidiram por ocupar o centro da cidade o fizeram por existir vazios urbanos garantidos ao capital em detrimento das pessoas.

Dedicando-se aos estudos sobre resistência de classes subordinadas, é possível perceber costumes e comportamentos inferiorizados, mas que projetam a formação de uma identidade sociocultural. Uma História Social da Cultura do Thompson é uma História que valoriza a resistência social, atrelada aos costumes, tradições, cotidianos, vivências e experiências das classes populares em um contexto histórico específico, em um local definido, nesse caso a cidade de Palmas entre 1989-2002.

A ideia de cultura Thompsoniana, como um campo de embate, pode ser complementada pelo conceito de “circularidade cultural” do historiador italiano Carlo Ginzburg, pois o mesmo discorda de uma gradação qualitativa de práticas culturais. A cultura popular pode ser definida não só por uma oposição a cultura letrada, mas pelas relações que mantém com a cultura dominante. As classes sociais menos abastadas se apropriam de uma cultura hegemônica de acordo com seus valores e suas condições de vida, não há uma receptação acrítica. Da mesma forma no inverso do movimento, as classes econômicas mais favorecidas se apropriam de elementos culturais populares, é dessa dinâmica que surge a “circularidade cultural”.

Ginzburg é um expoente da História Cultural sendo de extrema relevância seus trabalhos relacionados à cultura. Com inspiração na Antropologia Cultural afirmou que práticas culturais das populações pobres não são imposição de uma classe economicamente superior e que, apesar de haver projetos culturais hegemônicos, geralmente a cultura do opressor é mais valorizada do que a do oprimido, não há uma submissão cultural, mas sim uma “circularidade”. Elementos culturais são infiltrados entre si, cada um a sua maneira entremeando-se entre o considerado erudito e o definido como popular. Portanto, além dos conflitos econômicos, que no caso de Palmas consiste principalmente no campo do direito à cidade¹⁵, existem os conflitos culturais e, por vezes, uma tentativa de silenciar ou desvalorizar determinadas práticas culturais geralmente ligadas à população de baixa renda.

No tocante à memória fundamentamos nossa prática de pesquisa em Paul Ricoeur que em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* discutiu o possível choque entre os objetivos do conhecimento histórico e os da memória, sejam pessoais ou coletivos. A História engloba vários acontecimentos de fatos passados mais amplo do que a memória, cujo alcance é restrito e é engolido pelo campo histórico. A História pode indicar comparações relativas inviáveis à memória, uma pluralidade de perspectivas próprias da história sobre diversos eventos sejam: econômicos, sociais, políticos, culturais. O esforço de dar significado compreensível não pode eximir o historiador de sua tarefa de concluir, inferir e analisar seus objetos. A preocupação deve ser em compreender, explicar e debater e mesmo assim pode haver mal entendidos entre história e memória, pois nenhuma delas está privada de mal entendidos.

É importante lembrar que trabalhos históricos não é a única fonte de representação do passado, existem outros tipos de escritas: textos de literatura, peças de teatro, ensaios, panfletos, discursos oficiais, também modos de expressão não escritas como:

¹⁵ O direito à cidade é entendido aqui como uma garantia legal que os brasileiros têm de usufruir da estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, sem discriminação. Garantias que estão previstas na Constituição de 1988 e na lei que ficou conhecida como Estatuto da Cidade.

filmes, fotografias etc., são os recursos do historiador, suas fontes. Nós, historiadores, não devemos esquecer que os sujeitos históricos são os promotores da história. E aí vamos ao problema da memória, o de fazer memória, muitas vezes ela tem um objetivo reivindicatório, como se pudesse reparar alguma injustiça do passado relatado por pessoas que se consideram vítimas. Todavia não é papel nosso enquanto historiadores sermos advogados de memória e acabar comprando um argumento político de uma época como se fosse um argumento histórico. Esse é um cuidado que teremos nesse projeto, pois não entendemos sujeitos que constituíram ocupações urbanas como vítimas, mas sim uma população que foi desprestigiada por uma política de estado e que lutaram e lutam por seus direitos, como por exemplo, a luta pela moradia e direito à cidade.

Existem também os locais de esquecimento, algo comum entre a história e memória, o esquecimento é certamente um tema em si mesmo. O esquecimento é um polo ativo e problemático tanto em questões individuais, tanto em questões coletivas. Observamos um esquecimento de determinados sujeitos históricos na memória da cidade de Palmas, uma apropriação do passado que seleciona, que escolhe e que priva certos atores. É difícil identificar os motivos que levam a determinados agentes construtores de memória, como o Estado, definir o que deve e o que não deve ter maior espaço de lembrança. Essa é uma questão que perpassa essa pesquisa, entender que configurações levam a evidenciar e desprestigiar determinadas práticas culturais ou a escolha dos monumentos e datas comemorativas.

Thompson conecta suas interpretações verticalizadas de comportamentos comunitários iluminando a defesa de tradições e costumes numa possível insurgência social, as identidades vão se consolidando pela mudança cultural. Assemelhando-se a Ginzburg quando o mesmo fala da “circularidade cultural”. Ambos colheram na Antropologia os pilares de seus trabalhos, a análise das fontes, a escolha dos objetos e no próprio percurso intelectual. Partindo dessa conjuntura entramos com as análises de memória segundo Ricouer, que são os alicerces teóricos deste projeto de pesquisa. A história da cidade de Palmas vista sob o olhar dos que tiveram que lutar pela sua moradia é uma lacuna historiográfica para o Brasil, por vezes, omite-se que a cidade habitada pelas pessoas é sempre uma cidade repleta de memória. As experiências vividas no presente são fruto daqueles que participaram do seu processo de construção e, portanto, estão relacionadas ao que foi vivido no passado mesmo por pessoas que não participaram dessa experiência. Na condição de morador da cidade interessa-me questionar como uma cidade planejada para ser o exemplo de modernidade se transformou numa cidade segregadora e antidemocrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Nilva Aparecida Pacheco. **A migração em Palmas/To: a felicidade no imaginário social**. 2013. 175f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Tocantins, Porto Nacional, 2013.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRITO, Eliseu Pereira de. CONSTRUIR PALMAS? Uma análise da construção da capital do Tocantins. In: **Revista Ateliê Geográfico**. Goiânia (GO) Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais (IESA), v.4, n. 4. 2010b.

_____. Do Sol que gira (o Tempo) aos Girassóis (o Espaço). In: **Revista Entre-Lugar**, Dourados (MS), ano 1, n. 1, p. 99-112.

CAVALCANTE, Maria do Espírito Santo Rosa. **O discurso autonomista do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UCG, 2003. Companhia das Letras, 1989.

DARNTON, Robert. **O grande massacre de gatos: e outros episódios da história cultural francesa**. Tradução de Sônia Coutinho. São Paulo: Graal, 2011.

FARGE, Arlette. **Lugares para a história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

_____. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

_____. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, Emblemas, Sinais**. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Cia das letras, 1989.

_____. **Relações de força: história, retórica, prova**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOFF, Jacques Le. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão. 5 ed. São Paulo: UNICAMP, 2003.

_____. **Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun**. São Paulo: UNESP, 1998.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. **Cidades da Mineração: memória e práticas culturais – Mato Grosso na primeira metade do século XX**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato; EduFMT, 2006.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiência do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 12-14.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LANGARO, Jiani Fernando. **Cidade, trabalhadores e história oral: apontamentos sobre as muitas memórias da formação de Toledo-PR (1940-1990)**. TEMPOS HISTÓRICOS (EDUNIOESTE), v. 21, p. 402-433, 2017.

_____. TEDESCHI, L. A. **Migrações, memórias e fronteira: reflexões sobre histórias de vida de trabalhadores(as) brasiguaios(as)**. Revista de História Oral, v. 18, p. 93-116, 2015.

_____. **Espaço, Região e História Social**. Revista Percurso (Online), v. 1, p. 23-48, 2009.

_____. **História oral e fronteira o campo e a cidade nos relatos de migrantes transfronteiriços (1970-2000)**. Tempos Históricos (EDUNIOESTE), v. 18, p. 396-425, 2014.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PISNKY, Carla. **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e Memória: a cultura popular revisitada**. São Paulo: Contexto, 2007.

MORAES, Lúcia Maria. **A segregação planejada; Goiânia, Brasília e Palmas**. 2. Ed. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

MOTTER, Ana Elisete. **Representações da identidade do Tocantins na literatura e na imprensa (1989-2002)**. 2010. 158f. Tese (Doutorado) –Pós-graduação em História. Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-graduação em História, Universidade do Vale do Rio dos Sinos Unisinos), São Leopoldo, 2010.

POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol. 02, nº. 03, 1989, p.03-15.

PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na História Oral. In: FENELON, Déa; MACIEL, L. Antunes; ALMEIDA, P. Roberto de; KHOURY, Yara Aun (Orgs.). **Muitas Memórias, outras Histórias**. São Paulo: Olho D’água, 2004. 296-313.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SHARPE, Jim. A história vista de Baixo. In.: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP, 1992, p. 39-62.

SOIHET, Rachel. **Introdução. Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologias**. Martha Abreu e Rachel Soihet (Orgs). 2. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2009.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. 4. ed.v.1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **A miséria da teoria, ou, um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.